

Sobre o conceito de comunicação: ontologia, história e teoria

On the concept of communication: ontology, history and theory

Luiz Claudio Martino

<http://orcid.org/0000-0003-0209-8024>
luizcmartino@gmail.com

Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e Pesquisador Associado do CRICIS/UQAM, Montreal. Doutor em Ciências Sociais (Sorbonne-Paris V, 1997), Mestre em Psicologia (FGV/UFRJ, 1992) e em Comunicação (UFRJ, 1992). Entre suas obras estão: *Escritos sobre Epistemologia da Comunicação* (2017), *Meios de Comunicação como Simulações Tecnológicas* (2016), “Perspectives Critiques et Épistémologie de la Communication: le rôle central du débat sur la technologie” (Mare et Martin, 2014). “Considerações sobre a Explicação em Comunicação” (Edufba, 2013). “O Mito da Interdisciplinaridade” (com K. Boaventura, *E-Compós*, 2013). “Philosophie de la Technique et Technologies de la Communication” (PU. du Québec, 2012). “Temps, essence des moyens de communication” (MSHA, Bordeaux 2011).

<http://lattes.cnpq.br/9545839725442236>

Resumo

O presente artigo discute o conceito de comunicação na acepção de um processo de interlocutores humanos. Não se trata de uma visão definitiva, tampouco exaustiva de uma bibliografia que atravessa várias áreas do conhecimento. São apontadas algumas definições significativas. O objetivo é discutir as diferentes entradas e pontos de clivagens conceituais recolhidos na literatura especializada e delinear algumas etapas históricas do conceito de comunicação. Finaliza analisando a questão do sujeito e como as definições correntes do processo de comunicação não contemplam os aspectos históricos.

Palavras-chave: história e comunicação, teorias da comunicação, conceito de comunicação.

Abstract

This article discusses the concept of communication in the sense of a process of human interlocutors. This is not a definitive or exhaustive view of a bibliography that crosses several areas of knowledge. Some significant definitions are pointed out. The objective is to discuss different inputs and points of conceptual cleavages gathered in the specialized literature and to delineate some historical stages of the communication concept. It concludes with the analysis of the question of the subject and how the current definitions of the communication process do not include the historical aspects.

Keywords: history and communication, theories of communication, concept of communication.

Introdução

Definir um conceito responde a necessidades diferentes. Uma delas é a do pesquisador elaborar seu objeto de estudo; ele deve explicitar o que entende por determinado termo. Outra necessidade é definir um objeto de estudo para uma área de conhecimento, no sentido de pensar problemas que articulem diferentes tradições de pensamento. Claro que estes dois planos são complementares; contudo, o que normalmente se discute quando se coloca a questão do conceito tem mais a ver com o primeiro sentido, a definição da comunicação enquanto processo no mundo. Opção que não pode ser confundida com uma reivindicação de acesso direto ao plano material

ou à realidade empírica; ao contrário, temos que ter bem claro que nenhum conceito teórico pode ser separado de uma área de conhecimento e da compreensão que se tem dela. Por conseguinte, as análises aqui apresentadas devem ser situadas em relação ao campo de estudo homônimo, considerado como uma disciplina das ciências sociais. Nosso problema não é dizer *o que é comunicação*, enquanto uma verdade em si, o que realmente ela é, mas apenas de modo hipotético e relativamente à perspectiva da área de estudos da comunicação. Evidentemente isso não elimina a diversidade de compreensões sobre o conceito, mas é um primeiro recorte e um parâmetro importante, pois insere o conceito de comunicação em um contexto de problematizações, situa sua emergência

enquanto problema a partir de um contexto, um determinado tempo histórico e em vista de certas preocupações. Veremos, mais à frente, que a comunicação é substancialmente uma inquietação do século XX e que é possível discernir uma historicidade na própria forma de conceituar a comunicação.

O termo comunicação conheceu um grande interesse a partir de meados do último século, quando se separam os sentidos de *meio de transporte* e *meio de comunicação*, ou seja, a circulação de bens materiais e de bens simbólicos através de mensagens. Até essa época a expressão “meio de comunicação” ainda era indistintamente empregada para designar estradas, barcos, caminhos de ferro, mesmo quando entre estas tecnologias estavam o telégrafo e a imprensa. O que se ressaltava eram suas semelhanças como “vias de comunicação” e não suas diferenças enquanto distintas famílias de tecnologias. Não podemos esquecer que a sociedade dessa época vivia as profundas transformações da Revolução Industrial, o que realmente a impressionava era um mundo em movimento e em conexão crescente, um mundo desenclausurado, que deixava definitivamente para trás todos os traços da sociedade medieval, cercada de muros e fronteiras de todos os tipos.

Era sob esse aspecto que se mostrava pertinente a aproximação entre os dois tipos de meios e que hoje achamos necessário distinguir, embora compartilhem do mesmo espanto de uma interconexão crescente dos grupos e sociedades humanas. Mas também é importante reconhecer que uma nova questão começava a surgir e a dupla face que ela comportava. Edmond Audoit nos fornece um bom exemplo, em *Histoire des moyens de communication [...] (1851)*: ele emprega uma ideia genérica de comunicação, ao afirmar que “a primeira condição de uma sociedade é que seus membros possam comunicar-se entre eles” (p. 1); ao mesmo tempo, o livro se refere a formas concretas, portanto, formas materiais e históricas de comunicação. Ou seja, ele se ocupa dos meios materiais efetivamente empregados, e empregados de certo modo, por certas sociedades. Essa dualidade expressa uma tensão constante no próprio conceito de comunicação. De um lado, a comunicação é tomada como uma excepcional capacidade humana, estritamente humana, a ponto de ser o fundamento de tudo aquilo que lhe é mais específico (razão, sociedade, inteligência, memória, conhecimento, etc.). De outro lado, porém, temos sua historicidade, que não somente se encontra no plano das formas materiais pelas quais a comunicação se expressa enquanto capacidade essencial do homem, mas também pelas quais a comunicação se transforma. Por conseguinte, a comunicação pode passar invisível ao longo de séculos, como também pode se tornar uma matéria obstinada para o pensamento de uma época. A tensão entre uma formulação ontológica da comunicação (enquanto fundamento do homem) e

uma formulação que a toma como algo que emerge na história (particularmente no século XX) mostra a dificuldade de conciliar planos de análise de natureza muito distinta, que não podem ser articulados sem um elaborado trabalho conceitual, capaz de refinar sentidos e não se perder nas inúmeras acepções nas quais se desdobra a ideia de comunicação.

1. Universo da comunicação

Este tópico nos introduz na diversidade conceitual, apresenta um apanhado das abordagens ou recortes do processo de comunicação que aparecem na literatura da área. Cada um deles traz um posicionamento particular que configura a comunicação ao introduzir certos parâmetros que necessariamente têm implicações sobre sua natureza. São estes parâmetros aquilo para o que nos interessa chamar a atenção. Por exemplo, comunicação oral ou escrita, animal ou humana, por sinais ou pela fala, etc., eles expõem os elementos escolhidos para descrever um processo ou situar um problema, a referência a partir da qual a comunicação é abordada e, portanto, definida. Como veremos mais à frente, o quadro de referência se funda em três tipos de conhecimentos (ontológico, conceitual, histórico), mas nosso objetivo agora é nos darmos conta da diversidade desses recortes.

Vejamos um exemplo menos corrente. Podemos distinguir três sentidos muito diferentes para a comunicação, *segundo a natureza do discurso*:

- Falar *para alguém* (retórica, sofística, propaganda): convencer o outro.
Comunicação = poder.
- Falar *com alguém* (dialética): diálogo, interação social.
Comunicação = construção social.
- Falar *de algo* ou *sobre algo* (filosofia, ciência) – a palavra é um instrumento de investigação, ela revela o mundo.
Problema da verdade, a adequação das palavras às coisas.

Desse ponto de vista, a comunicação expressa diferentes relações: o poder (ação intencional sobre outrem), a interação (processo de construção social), o processo de representação simbólica de um suposto referente extralinguístico (mundo). Cada uma delas configura o processo de forma muito diferente. Por exemplo, uma questão como “até que ponto realmente nos comunicamos”, que aparece com alguma recorrência entre os teóricos de nossa área, não pode ter uma resposta única, deve acompanhar estas variações (e ainda outras, exceto, claro, se tivermos em vista uma resposta ontológica, que decidirá de forma dogmática). De outro lado, no sentido

de *relações de poder*, pouco importa se a mensagem é verdadeira ou não, a mentira e a incompreensão também produzem efeitos. Já para aqueles que partem da *interação social*, a pergunta não tem sentido, pois o que se apresenta como imediato é o comum.

Os 19 exemplos abaixo não são exaustivos, eles fornecem um apanhado das múltiplas abordagens ou recortes presentes na literatura. Alguns podem se recobrir, outros não, de modo que o conjunto não pode ser sistematizado, já que elegem elementos diferentes como ponto de partida.

O processo de comunicação pode variar segundo:

1. *A referência ontológica*. Segundo os elementos que entram em relação. a) Homem, animal, máquina. b) Entre humanos, com o divino, com o mundo, com extraterrestres, com os mortos. c) Comunicação humana: consigo, com outrem, com o mundo.

2. *O tipo de mediação*. Realizada de maneira direta ou indiretamente por interposição de uma tecnologia: comunicação interpessoal (feita com recursos do corpo) ou por mediação tecnológica (escrita, telefone...).

3. *O tipo de código*. a) Verbal ou não verbal: verbal: usando os recursos das diferentes línguas e dialetos ou através da troca de olhares, gestos, fisionomia, postura corporal. b) Através de linguagem natural (idioma) ou artificial (codificação artificial, signos matemáticos, sinais de trânsito, notação musical...). c) Verbal, escrita, audiovisual, sonora (rádio, telefone, fonógrafo), táteis (escrita Braille).

4. *Tipo de escrita*: pictográfica, ideográfica, logográfica, logossilábica, alfabética, silábica (cuneiforme, hieróglifo, caracteres chineses, grifo maia).

5. *Segundo a materialidade do suporte*. a) Elementos naturais: argila, pedra, metal. Origem animal: casco de tartaruga (China), couro (pergaminho), seda. Fibras vegetais: papiro, casca de madeira (Roma), bambu, papel (Oriente, Índia), papel amate (Maia). b) Corpo humano: tatuagem (Polinésia), escarificação (rituais africanos), cicatriz, mutilação. c) Suportes diversos: *outdoors*, muros (pichação, propaganda, grafite), roupas (camisetas estampadas), objetos de uso cotidiano (logomarcas, brindes). d) Telas analógicas, projeção (lanterna-mágica, cinema), telas eletrônicas (TV por válvulas, transistor. Sistemas Secam, PAL, NTSC). Telas digitais (pixels).

6. *Segundo a forma de distribuição*. a) Contato direto (voz, semáforos, telégrafos óticos). b) Manuscrito ou impresso através de distribuição por transporte físico (mensageiro, correio, através de diferentes meios de transporte). c) Impulsos elétricos ou óticos através de cabos (telégrafo elétrico, telefone; fibra ótica, TV a cabo). d) Por ondas (curtas, longas, frequência AM, FM, micro-ondas; redes de torres de transmissão, satélites).

7. *Segundo a autonomia do meio* (“famílias” de meios, F. Balle). a) Suportes autônomos: livro, jornal impresso, disco, fita K7, videocassete. b) Suportes dependentes de conexão: rádio, TV, Internet. c) Poder de difusão, larga escala: ondas hertzianas (curtas, longas, AM, FM), satélite, cabo (coaxial, fibra ótica), micro-ondas; baixa escala: ondas hertzianas, jornal de bairro.

8. *Segundo o alcance*. a) Dialógico (carta pessoal, telefone, redes sociais). b) De proximidade (rádio comunitária, jornal de bairro). Local (cidade, região). De massa (grande imprensa, rádio, TV, internet, redes sociais).

9. *Segundo a função social*. a) Conhecimento (jornalismo, educação). b) Cultura (transmissão do patrimônio simbólico entre gerações, produção e circulação de valores, hábitos, costumes, indústria cultural, cibercultura). d) Entretenimento (passatempo, lazer, escape, higiene mental). e) Política (esfera pública, opinião pública).

10. *Segundo o modelo de administração ou modelo de negócio*: a) Sistema estatal ou sistema público. b) Financiamento: por taxa pública dos proprietários de aparelhos, por patrocinadores privados através da publicidade, acesso universal gratuito.

11. *Segundo a escala do fenômeno*: interpessoal, grupo, comunidade, organizacional, massa, sociedade.

12. *Segundo a situação ou a natureza do fenômeno*: relação amorosa, amizade, trabalho, família, empresa, espaço público, comunicação e saúde, comunicação e crise.

13. *Segundo a época ou periodicidade*. Comunicação na pré-história, na Antiguidade, comunicação moderna, empregando a periodicidade dos historiadores. Ou recortada a partir de períodos de hegemonia de um tipo de meio de comunicação: oral, manuscrito, imprensa (Galáxia de Gutenberg), pré-cinema, eletrônica-analógica (Galáxia de Marconi), digital. Logosfera (escrita), grafosfera (imprensa), videosfera (audiovisual), ciberespaço (tecnologias digitais).

14. *Segundo as formas de comunicação*: bipolar, multipolar, um-todos, todos-um, todos-todos, multipolar em rede.

15. *Segundo o regime de signos*: naturais (percepção), específicos (restritos aos códigos da espécie), culturais (simbólicos). Ícone, índice, símbolo.

16. *Segundo a natureza da mensagem*: pessoal (expressão do indivíduo: arte) (trocar/compartilhar com o outro), privada (interesse estritamente pessoal, pequena escala), pública (interesse coletivo, grande escala). Educativa, cultural (folclore, produções espontâneas...), política, administrativa, artística (indústria cultural, artesanal).

17. *Segundo a especificidade da circulação*. Conversa, rumor (boato), lenda, notícia, documento impresso

(correio convencional), meios elétricos (telégrafo, rádio, TV), redes sociais.

18. *Segundo as funções da linguagem* (Jakobson): referencial, emotiva, poética, conativa, fática, metalinguística.

19. *Segundo as funções da comunicação*: informação, entretenimento, lazer (em oposição à esfera do trabalho), ensino, vigilância (observação atenta do ambiente; função de alarme, cibervigilância), relação (ou contato), elo social, interpretação dos acontecimentos, pertencimento social, integração da sociedade em suas diversas partes e segmentos, psicoterapia (catarse), produção e transmissão cultural (continuidade entre as gerações, formação do patrimônio cultural), narcotizante, escape, alienação.

Esta grande variedade de abordagens tem um forte impacto sobre a epistemologia da área e tem recebido interpretações diferentes, que podem ser representadas por alguns poucos posicionamentos. Diante das muitas possibilidades de definir comunicação, pode-se dizer:

1. Que a definição “verdadeira”, ou, na falta dela, um certo acordo poderia ser alcançado a partir de algum trabalho de generalização ou de síntese, capaz de extrair um conceito das definições em uso. Trata-se de reduzir a diversidade aos traços mais essenciais do processo de comunicação (sejam eles reais ou convencionais).

2. Que a impossibilidade de superar este estado de caos demonstraria a inviabilidade de uma área de estudo centrada na comunicação.

3. Que a interpretação da diversidade como caos criativo representa ganhos, e podemos abandonar a questão de uma epistemologia própria e entender essa diversidade como o traço distintivo de nossa “área de conhecimento”.

Embora sejam correntes, nenhuma dessas posições reflete a articulação das ciências sociais com a história. A segunda posição expressa o ceticismo epistemológico, o qual leva ao niilismo ou prepara o terreno para a interdisciplinaridade, expressa na terceira posição. Enquanto posição epistemológica, a interdisciplinaridade (transdisciplinaridade, pós, in...) se opõe à ciência, da qual pretende ser uma superação. Em todo caso, a questão conceitual é muito pouco desenvolvida no pensamento interdisciplinar. Uma alternativa seria colar o plano teórico ao caso concreto, o que permitiria singularizar cada conceito, em vista de critérios imanentes a cada situação específica. Neste caso o conceito perde poder de generalização e não haveria propriamente teoria. Outra alternativa seria tratar as contribuições trazidas por diferentes “disciplinas” como aspectos do objeto real, isso permitiria contornar os problemas epistemológicos, deslocando-os para o plano ontológico. Sem o reconhecimento da função epistemológica dos contextos disciplinares, cada conceito seria tratado como o repositório de atributos reais. Mas

na prática o que temos é uma aglomeração de dados descontextualizados de seus solos epistemológicos, tendo como objetivo um trabalho de síntese nem sempre atento ao fato de que a diversidade conceitual lida com elementos disparatados e não conciliáveis, como é possível constatar com o exame da lista acima¹.

Nela temos uma série de abordagens e definições do que é comunicação, um levantamento inicial, o qual poderia ser seguido de uma classificação por tipos. Mas passar desse ponto seria bem mais difícil, pois exigiria introduzir um critério que permitisse excluir ou hierarquizar segundo uma escala de importância ou de generalidade. De fato, levantamentos e classificações pouco avançam se não introduzem princípios que os organizam. Para os céticos isso é inviável, qualquer critério seria arbitrário; enquanto que, para o pensamento interdisciplinar, ao contrário, haveria uma diversidade de fato, a qual deve ser celebrada (“tudo é comunicação”). Em outras palavras, entre o nada e o caos da transigência excessiva, não seria possível admitir um objeto propriamente comunicacional, ou seja, admitir processos comunicacionais ligados à teoria da comunicação, no seu sentido mais forte (que postula certa autonomia disciplinar).

Ora, as ciências sociais consideram o objeto de uma disciplina na sua historicidade; buscam nas condições de emergência histórica os elementos que caracterizam seu objeto de estudo. Não se trata de uma escolha arbitrária, nem de fazer intervir propósitos pragmáticos (único critério admitido pelo pensamento interdisciplinar)². As condições históricas singularizam o objeto, de onde a necessidade da análise estar atenta ao sentido dado pelos agentes sociais; necessidade de focar as práticas que se materializam em torno de suas ações, moldando suas compreensões do mundo, suas relações com outrem e consigo próprio. Salvo o século XX, nenhuma sociedade concreta se reconheceu viver sob a égide da comunicação, essa simples constatação é suficiente para fornecer o quadro de referência de nossa área de estudo. O elemento de investigação dessas ciências é essencialmente histórico e, por essa razão, serve de primeiro recorte e aproximação para o objeto de estudo.

¹ Temos claro que a diversidade em si não é o problema. Este surge quando se pretende que teorias e conceitos tratados independentemente de seus contextos de significação possam formar o campo da comunicação. Como mostramos em outros trabalhos, as análises do campo aceitam a diversidade de abordagens como um fato, sem fazer a crítica de sua gênese, o como ela é constituída e chega até nós. Chamamos a isso de *paradigma do quebra-cabeças*, pois na visão corrente se trataria apenas de “encaixá-las”, sem problematizar o critério que as qualifica como conceitos ou teorias de uma área de estudo (ver Martino, 2017, 2007).

² Segundo Craig (1999), não podemos saber o que é *teoria*, salvo se nos reportarmos a pesquisas concretas. Ou seja, o contexto de significação da teoria não é a disciplina, mas seu emprego em dada pesquisa.

2. Etapas históricas do conceito de comunicação

Como seria de se esperar, as primeiras definições tendem a proposições ontológicas, ou de outras áreas de estudos, haja vista que são anteriores tanto à reflexão epistemológica sobre o campo da comunicação como ao *corpus* teórico. A formação desse último só se dará aproximadamente entre os anos 1930 e 1960, período em que as teorias começam a aparecer de forma mais regular.

Um bom exemplo de estudo pioneiro é dado por Charles H. Cooley, que elabora um amplo conceito de comunicação:

Por comunicação entende-se aqui o mecanismo pelo qual as relações humanas existem e se desenvolvem – todos os símbolos da mente, junto com os meios de transmiti-los pelo espaço e preservá-los no tempo... Não há uma linha nítida entre os meios (means) de comunicação e o resto do mundo externo. Em certo sentido, todos os objetos e ações são símbolos da mente, e quase tudo pode ser usado como signo (Cooley, 1909, p. 61).

Cooley invoca algo bastante vago, praticamente coextensivo ao fenômeno humano. A falta de precisão, no entanto, caracteriza a comunicação como fundamento: “sem comunicação, a mente não desenvolve uma verdadeira natureza humana” (1909, p. 62). Este é o ponto: a comunicação passa a ser considerada um *fundamento do homem*. Ele também é um dos primeiros a abordar as funções sociais da comunicação, a variedade de formas, inclusive as tecnológicas. E, mais que isso, ele está de acordo com Henry Charles Lea, para quem a Reforma Protestante (e todo o movimento liberal daquela época) “seria impossível sem o auxílio da imprensa” (1902, p. 685), sugerindo o forte impacto dessas tecnologias. Mas o sociólogo estadunidense não inclui em sua definição estes pontos relevantes de sua abordagem. Embora afirme que “as mudanças ocorridas no início do século XIX são tais que constituem uma nova época na comunicação” (p. 80), Cooley deixa de fora a perspectiva histórica. Curiosamente, sua definição não integra este aspecto, apesar de todo o esforço para demarcar processos que ganham um sentido muito particular na modernidade e apontam para uma dada sociedade histórica, sua definição é do tipo ontológico.

Longe de constituir uma exceção, essa dissonância entre o conceito de comunicação e a investigação realizada ainda é atual; muitos trabalhos apenas fazem constar uma definição, cumprem uma exigência formal, sem que ela possa incorporar resultados ou realmente orientar a pesquisa. No período anterior aos anos 60, a tendência era discutir o conceito de comunicação como uma propriedade fundamental do homem, um processo que faz o

homem ser o que é. Outra vertente que apareceu nessa época foi a da psicologia behaviorista, que definia a comunicação como estímulo-resposta. Segundo S. S. Stevens, “a comunicação é a resposta discriminatória de um organismo a um estímulo” (*apud* Nilsen, 1957, p. 13). Uma mensagem sem resposta não seria comunicação, pois ela só existe se houver resposta. Tal abordagem acaba sendo tão genérica como a anterior; a comunicação é identificada e reduzida ao comportamento (e definida dessa forma, nem precisa ser comportamento humano). Em parte, a excessiva generalidade dessas tendências foi compensada na Teoria Matemática da Informação e sua preocupação em mensurar a quantidade informacional. Nas palavras de um de seus propositores, os “aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para o problema de engenharia. O aspecto significativo é que a mensagem real é aquela selecionada de um conjunto de mensagens possíveis” (Shannon, 1948, p. 379). Como bem coloca Charles Cole,

Shannon estava preocupado em definir estatisticamente a informação em vez de defini-la conceitualmente, medindo a informação em bits em vez de descrever o que é informação em termos de seu valor ou do efeito que poderia ter sobre a pessoa que a recebe, ele excluiu explicitamente de sua análise conceitos da ciência da informação derivados da psicologia e da sociologia em favor de conceitos usados na física, como a entropia, a probabilidade e a noção probabilística de incerteza (Cole, 1993, p. 204)³.

De modo não intuitivo, entende-se por informação “um ou vários acontecimentos entre um conjunto finito de acontecimentos possíveis” ou a redução da incerteza, devendo ser entendida como uma teoria do sinal (ruído, transmissão). Uma definição que, evidentemente, afasta-se daquelas empregadas nas ciências humanas e nos fornece um bom exemplo para o que dizíamos no início desse texto, sobre a pertinência da relação conceito-disciplina e a necessidade de contextos de significação.

Por volta dos anos 60, no entanto, as definições se acumulam e podem ser cotejadas, com isso aparecem as primeiras sistematizações das teorias e escolas. A ideia que predominava nos cursos de comunicação era de “fundamentos da comunicação”, que reforçava a busca do conceito em outras disciplinas (biologia, antropologia, etc. Por exemplo, Budd e Ruben, 1972, contabilizaram 24 abordagens disciplinares). A partir dos anos 70,

³ Neste mesmo artigo, Cole mostra que a teoria de Shannon comporta duas definições de informação, sendo a mais empregada em ciência da informação a de informação como redução da incerteza. O autor também aponta a ambiguidade deste último termo e de outros importantes, como entropia e seleção.

aproximadamente, outra referência começa a despontar, com a publicação dos primeiros manuais de teorias da comunicação no final da década anterior. A identificação das teorias e o mapeamento das grandes escolas (ou correntes de pensamento) tornaram possível deslocar o debate para as diferenças de concepção do processo. O desenvolvimento do campo e o aparecimento dos manuais criaram uma base de comparação, permitiram superar conceitos extraídos de investigações isoladas e, com isso, colocaram o debate em outro plano, de modo que o conceito de comunicação pôde ser relacionado a teorias e a um campo de estudo emergente.

Além de montar repertórios e fazer levantamentos, a abordagem comparativa introduz a ideia de sínteses, taxonomias, tipologias, subáreas, enfim, mecanismos de redução da diversidade através de alguma classificação⁴. Diferentemente do período anterior, são consideradas as variações no conceito, as modalidades ou tipos de comunicação, sem que isso invalide a proposição de um conceito genérico. A gênese do campo mostra, justamente, um deslocamento desta questão; os pesquisadores buscavam a definição em outras áreas de estudo (o que não deixou de acontecer), mas aos poucos foi se estabilizando um conhecimento no interior da própria área – os caminhos batidos, por onde tantos passaram, deixam um legado. Esta estabilização do solo epistêmico se traduz no melhor discernimento de escolas, correntes, tendências, em mapeamentos e classificações que distinguem territórios e modos de problematização. Uma certa figura vai emergindo com o tempo, e os pesquisadores podem reconhecê-la; é o que chamamos de área de conhecimento, campo.

O conhecido trabalho de Dance e Larson (1976) talvez seja a maior referência neste ponto. Os autores forneceram um panorama da pesquisa em comunicação dos anos 70, recolheram 126 diferentes definições de comunicação, as quais reduziram em 15 tipos de abordagens, cada uma delas, obviamente, expressando uma definição. Este trabalho de referência foi retomado por Littlejohn (1982), que pôde reduzir ainda mais, propondo 11 categorias. Nos anos 90, outro trabalho de referência é o de Anderson (1996), que também realizou um mapeamento das grandes escolas, do qual Robert Craig (1999) iria se servir para discutir a diversidade da área, classificada em sete grandes tradições (Retórica, Semiótica,

Fenomenológica, Cibernética, Sociopsicológica, Sociocultural e Crítica)⁵.

É sob este último aspecto que a discussão da definição de comunicação se fixou em nossa área, como um debate sobre a diversidade de escolas, teorias e conceitos (o marco foi a publicação de *Ferment in the Field*, em 1983), sem, contudo, gerar uma crítica de como esta diversidade é produzida, como chegamos a ela (Martino, 2007, 2017, p. 210-241). Por isso, hoje muitos não acreditam que seja possível configurar o campo teórico, nem tampouco que haveria sentido em procurar estabelecer um conceito de comunicação que não fosse de ordem pragmática, restrito a pesquisas específicas, como supõe o pensamento interdisciplinar.

3. Três tipos de conceitos

Na contracorrente do pensamento hegemônico, acreditamos que diante de um cenário complexo, marcado por abordagens muito diversas, a questão da definição ganha importância e pelo menos três tipos devem ser distinguidos.

O *conceito ontológico* visa à essência, marca um aspecto real do objeto investigado, ou seja, o que sabemos através dele é pouco influenciado ou não tem nenhuma relação com a forma de conhecimento empregada para acessar a realidade. O conhecimento humano apenas reflete propriedades que estão no objeto. Concebido de maneira metafísica, o conceito ontológico afirma dogmaticamente o Ser. Este atravessa a história igual a si mesmo, de modo que as variedades ou formas históricas são expressão de uma única essência.

O *conceito histórico* não parte do dado, daquilo que se apresenta de forma positiva, ele busca reconstituir a gênese, procura entender as forças que agiram para a formação do objeto investigado. O conceito puramente histórico não busca a significação em uma transcendência (seja ela de ordem metafísica ou teórica), mas nas práticas, obras, rastros e documentos deixados pelas sociedades anteriores. A significação é a mais próxima possível

4 O interessante texto de Thomas Nilsen, *On Definition* (1957), dispõe de muitas definições e é um bom exemplo desse tipo de abordagem. Segundo o autor, a classificação permite chegar a uma definição básica; contudo, este procedimento nada mais é que encontrar o termo mais geral, que possa subsumir e integrar as demais definições. Evidentemente isso dependerá de certa homogeneidade das definições e de quais serão selecionadas (ver nota de rodapé seguinte).

5 Craig justifica as tradições selecionadas pela “familiaridade” que despertam em nós, apenas porque constam nos livros especializados; ele ignora a discrepância de seus conteúdos e os critérios que permitiram esta ou aquela seleção (ver Martino, 2007, 2017). De outra parte, Craig propõe um esquema que escaparia das rupturas da lista de abordagens que apresentamos; ele divide o campo de acordo com “as concepções subjacentes à prática comunicativa” (p. 135). Segundo ele, isso remeteria a algo que é “comunicação e não epistemologia”. Mas isso seria como se pudéssemos falar diretamente da coisa “comunicação”, sem o conhecimento através do qual a conhecemos. Esta postura nos dá uma boa representação do pragmatismo ontológico. De certa forma, ela coincide com a posição empirista: se olharmos *bem* para a “coisa”, poderemos dizer o que a comunicação é. Se podemos “ver” sem teoria – e até melhor –, por que ter teoria? Outra forma de sumir com o problema.

da compreensão que os agentes sociais tinham de suas práticas e de sua visão de mundo. Desse modo ela se contrapõe à estabilidade no tempo ou à universalidade das definições ontológicas, já que supõe a emergência (algo que não esteve sempre aí) e busca acompanhar as mudanças de sentido ao longo do tempo.

O terceiro tipo de definição diz respeito às ciências sociais; vamos designá-la *definição teórico-conceitual*, pois deve ser associada a teorias e a áreas de conhecimento. Por exemplo, o conceito de indivíduo não tem o mesmo significado para a psicologia e para a sociologia. Nas ciências sociais as definições são relativas a uma disciplina. O conceito está para a teoria assim como a teoria está para a disciplina. São quadros de referência que situam e dão sentido aos elementos, respectivamente ao conceito e à teoria. Dito de outro modo, o significado dos termos empregados por uma teoria não é natural (o uso comum, estabelecido nos dicionários); enquanto conceito, ele é construído no interior de uma teoria, um conjunto de pressuposições hipotéticas com base empírica e situadas em alguma tradição de pensamento (escolas, correntes teóricas). Os conceitos teóricos têm função paradigmática, recortam e orientam a análise. Neste sentido, eles não podem deixar de expressar o que é; eles entram, de certo modo, no terreno filosófico, mas nem por isso adotam a postura dogmática que caracteriza a metafísica. A teoria é um posicionamento hipotético dentro de um sistema de conhecimento, ela não elimina outras possibilidades, mas expressa conjecturas fundadas na discussão argumentada e em material empírico. Isso distingue a abordagem científica e permite marcar a diferença entre ontologia e epistemologia.

Apesar de suas especificidades, estes três tipos de conceitos não são estanques, guardam tensões e reciprocidades. Destaquemos brevemente aquelas entre história e ciências sociais.

As definições históricas têm uma dupla fundamentação. De uma parte, estão baseadas nos documentos que permitem captar a sensibilidade e a mentalidade correspondentes às estruturas e às práticas sociais dos atores sociais de uma época. De outra parte, recorrem às teorias elaboradas pelas ciências sociais como auxílio para suas investigações (de onde as designações: história cultural, história social, história econômica).

Já as ciências sociais se servem da comparação histórica (ou do choque cultural) para formular seu objeto, entender sua singularidade e definir seus principais traços. Empregada desse modo, a história permite se afastar da realidade imediata para melhor compreendê-la, torna-se um poderoso instrumento para desnaturalizar a realidade à qual o pesquisador se acha submetido. Um cientista social pode se perguntar pela historicidade da

economia, da sociedade ou por qualquer outro aspecto da realidade, mas sua tendência será a de traçar uma trajetória de algo que ele encontra e retém a partir da realidade em que vive. Por isso a importância da história, para corrigir apreensões ingênuas, que são meramente a projeção de realidades do presente. Evitar o anacronismo lhe permite vislumbrar a dimensão teórica como um jogo de transformações, deslocamentos de sentido. No caso que nos interessa, o estudo da comunicação, a história permite entender que, num mundo profundamente humanizado, em que o ser humano é entendido como indivíduo, a condição de isolamento passa a ser congênere. Não no sentido ontológico, mas histórico. O que se apresenta para a análise é uma necessidade histórica, temos um processo que acompanha a forma da cultura e a da estrutura social que emergem nestas condições históricas.

Em outras palavras, os conceitos que se apoiam em invariantes ontológicos que atravessam a história, bem como aqueles que atendem a demandas de investigações que partem diretamente da significação dos agentes sociais (muitas vezes restritos a descrições empíricas) não são apropriados e pouco podem ajudar no trabalho de produção conceitual das ciências sociais. É preciso ter em conta as relações dos conceitos com a teoria e a área de conhecimento à qual a teoria se vincula.

Desse modo, podemos entender as limitações das definições que expressam a comunicação como uma função ou condição essencial do homem, já que elas dificilmente podem dar conta da historicidade. A vantagem das definições teórico-conceituais é que – além de permitirem acompanhar as variações históricas dos modos como os homens se comunicam – também tornam possível considerar a historicidade da própria comunicação, enquanto ideia e prática social. Tenhamos em conta que não são apenas meios e mensagens que mudam, o processo de comunicação também ganha novas propriedades. Com o advento da escrita, por exemplo, emissor e receptor não precisam ser contemporâneos, nem ocupar espaços próximos; tampouco a mensagem precisa coincidir com a duração da transmissão (enquanto comunicação virtual, a informação pode ser estocada em um suporte material). Com o telégrafo, a mensagem viaja sem mensageiro, com o broadcasting um único emissor pode alcançar milhões de receptores. De outra parte, em uma sociedade tradicional a escrita é usada como tecnologia da memória, já em uma sociedade moderna, ela se torna percepção, pois o jornal impresso nos fornece uma representação da vida social. Os exemplos poderiam se multiplicar, pois, da mesma forma que o sentido de uma tecnologia está em função da cultura e da estrutura social na qual se encontra, cada meio, enquanto tecnologia, altera, em alguma medida, o processo de comunicação humana.

5. Ontologia e contextos históricos: a passagem para a teoria

Não há comunicação sem alteridade. E diversos são os modos pelos quais ela se constitui: a distância no espaço, o isolamento social, a identidade individual, o pertencimento étnico... Até mesmo o afastamento de si, quando falamos a nós mesmos. Sempre será necessária uma alteridade, pois o homem não pode ter consciência de si – e consciência simplesmente – sem a relação com outrem. É isso que constitui a dimensão simbólica. Gerar alteridade, estabelecer distâncias, a comunicação é fruto de uma diferença e se expressa como dois modos distintos de lidar com ela: seja pelos labirintos das possibilidades de interpretar o que outrem faz, pensa, significa; seja pela banalidade das significações imediatamente compartilhadas.

Contudo, esta definição ontológica (como qualquer de suas variantes) não é adequada para as ciências sociais e deve ser articulada com a história. É preciso dar-lhe um contexto, entender suas acepções, como estas evoluem com o tempo e com as formas de comunicação, como as diferentes sociedades desdobram o sentido através de práticas e compreensões próprias. O que interessa às ciências sociais não é a essência, mas formas concretas. Neste tópico abordaremos apenas dois marcos históricos – o mosteiro e a massa –, o que será suficiente para nossos propósitos de contrastar significações muito diferentes que aparecem à luz das análises históricas.

O primeiro contexto é o da origem da palavra. A etimologia é um indicador importante, que nasce no mosteiro medieval, provavelmente por volta do século V, como uma prática cujo sentido só pode ser esclarecido tendo-se em conta a estrutura e a finalidade da organização monacal. Os mosteiros são estruturas únicas, comunidades fundadas para falar com Deus. Este é o principal sentido de “comunicação” para a Antiguidade e a Idade Média. Um sentido duplamente paradoxal, diga-se. Primeiro, porque o mosteiro, ele próprio, é paradoxal: nunca os homens se reuniram em comunidade para estarem sós, para produzirem o silêncio; nunca se reuniram para romper os laços que ligam um homem a outro, salvo aqueles necessários à garantia da sobrevivência, pois o objetivo dessa estranha comunidade é comunicar com Deus. É no silêncio das vozes, quando se calam as vontades e impulsos, as manias e razões, as mazelas e prazeres, que Deus aparece. A escuta de Deus exige o silenciamento de todas as relações, e o mosteiro é um grande dispositivo para silenciar, para desconectar o homem do homem e de tudo que ele tem de humano em si. O mosteiro, portanto, é produção de silêncio dos homens e “comunicação” com Deus. De outra parte, este sentido de comunicação é paradoxal porque a palavra não se aplicava a isso. *Communicatio* designa uma

prática social própria à vida no mosteiro, um efeito secundário e não coerente com os propósitos ali perseguidos. O termo designa o ato de falar durante a refeição do final do dia, quando os monges se reúnem para se alimentar. Não somente é um ato estritamente humano, mas deslocado, censurável. Guarda uma conotação negativa e nunca poderia ser aplicado à relação com Deus. Seria considerada uma heresia, a de pressupor compartilhar, de ter um *munis* (incumbência, poder delegado) em comum com a divindade. Nenhuma igualdade pode ser admitida entre o homem e o divino.

Comunicar não pode ser a mesma coisa que “falar” com Deus. Empregar desse termo seria completamente anacrônico; se realmente quisermos buscar nas sociedades antigas os fenômenos que hoje recaem na extensão desse termo, devemos desviar o olhar para aspectos que não são os traços mais distintivos dessas sociedades, como o uso da escrita na administração do Estado (contabilidade, impostos, embaixada, comando militar), ou para o comércio (controle, contabilidade). Lembremos, de passagem, que o Estado não é uma entidade laica, nem o poder é exercido sem o consentimento dos deuses. Nestes âmbitos é possível aplicar alguns conceitos modernos de comunicação e traçar alguma continuidade com o que temos hoje. Mas nunca podemos perder de vista que, para esta sociedade, o que interessa é a relação com Deus. Não podemos usar o termo comunicação na mesma acepção que usamos hoje para nossas tecnologias. Basta ver o que são os *meios* empregados. Entre as práticas encontradas no mosteiro estavam a mortificação do corpo, a abstinência sexual, a privação de necessidades básicas (de onde o jejum e a supressão do sono), a vida contemplativa, o autoflagelamento (a fustigação por bastões, o chicoteamento, as escarificações, as mutilações, as escoriações), o uso do cilício (instrumento de penitência pelo tato), os votos (de pobreza, silêncio, castidade), as orações, os cânticos sagrados, a dedicação ao trabalho árduo, a cópia de textos. Estas práticas podem ser consideradas os “meios de comunicação” do mosteiro, métodos para fazer calar as vontades do corpo e tudo que há de humano no indivíduo⁶. Enquanto expedientes empregados para falar com Deus, eles nada compartilham, nem constroem o comum, são rupturas do homem com seu corpo e com a sociedade; representam a ruptura com outros homens e com o que há de humano no homem. Não conectam a nada desse mundo.

O segundo contexto é a modernidade, a emergência do indivíduo em um tipo de sociedade que ganha

⁶ Os mosteiros se desenvolveram entre os séculos III e V e dominaram a vida na Idade Média. Nesta mesma linha, considerando a comunicação como relação com o divino, os “meios de comunicação” mais característicos da Antiguidade são as consultas aos oráculos, os augúrios, os presságios e inúmeras outras práticas mânticas.

em complexidade. Não há muros que esse mundo possa construir capazes de deter o avanço da comunicação tecnológica, entretanto, a intensificação do contato humano engendra um novo isolamento, o da existência enquanto massa, a multidão solitária. Em seu novo sentido, a comunicação é uma resposta ao problema do isolamento gerado pela condição de indivíduo (novo laço com o coletivo).

De certa forma, a modernidade é ainda mais exigente que o mosteiro. A vida ascética se estende a todos, sai do mosteiro para ganhar o espaço da vida mundana e se interiorizar na alma do indivíduo moderno. Cada homem, na individualidade que lhe é própria, encontra-se só diante de sua existência e deve dirigir a si mesmo, administrar sua vida, como uma forma para encontrar Deus. De acordo com Max Weber (2004), a ética protestante teve um importante papel na transição do ascetismo antigo para as noções capitalistas de trabalho, lucro e enriquecimento. O centro de gravidade das importantes transformações desse período gira em torno de uma relativa autonomia do indivíduo em relação ao coletivo, desde sua ligação com Deus⁷ até a legitimação do exercício do poder ou o próprio fundamento da sociedade. A sociedade moderna realiza o que antes era visto como impossível, uma ordem terrena que não é reflexo da ordem celeste. Um tipo de ordem que não precisa negar o humano; ao contrário, baseia-se nos impulsos e vontades do indivíduo, que no afã de satisfazê-los se coloca a serviço de outrem (como diz a máxima de Mandeville, vícios privados, virtudes públicas).

O Iluminismo, no plano secular, e a Reforma Protestante, no plano religioso, convergem para formar uma nova concepção de homem, que passa a ser entendido como *indivíduo*. Aí devemos situar o novo sentido de alteridade, não mais referida ao divino, mas a outro indivíduo. Dessas novas condições da sociedade moderna surge a *episteme* relativa aos processos de comunicação que serão tomados como objeto pelas ciências sociais e particularmente pelos estudos de comunicação. Seus principais

7 O protestantismo traz a ideia de uma relação individual com Deus. Cabe ao indivíduo “escutar” o chamado de Deus, entender a vocação que lhe foi atribuída, como um lugar no mundo, uma profissão a ser adotada, uma missão a ser cumprida. “A todos, sem distinção, a Providência divina pôs à disposição uma vocação (*calling*) que cada qual deverá reconhecer e na qual deverá trabalhar, e essa vocação não é, como no luteranismo, um destino no qual ele deve se encaixar e ao qual vai ter que se resignar, mas uma ordem dada por Deus ao indivíduo a fim de que seja operante por sua glória” (Weber, 2004, p. 145). Deus aponta ao homem seu lugar entre os homens, mas que ninguém se engane, a relação é com Deus: o trabalho e seus frutos – o lucro, o reconhecimento social – só valem como forma de glorificar o Senhor. Não há mais necessidade do mosteiro. As relações sociais podem ser vistas como um tipo de “meio de comunicação”, uma forma de se relacionar com o divino. Através delas é possível se desenvolver práticas ascéticas.

traços podem ser sintetizados no contraste com a comunicação na Idade Média e na Antiguidade.

1) A comunicação moderna está centrada na autonomia do indivíduo. Emancipado da tradição e dos grandes marcos coletivos, cabe ao indivíduo encontrar seu lugar na sociedade (profissão, casamento, amigos) e promover sua inserção na cultura (maneira de vestir, seu consumo cultural, seu gosto musical, sua forma de se alimentar, etc.). Nunca uma sociedade se permitiu dar tanto espaço e consideração à opinião e ao gosto pessoal, que antes eram vistos como formas do egoísmo e só poderiam levar ao caos social.

Descortina-se um universo no qual o cultivo da individualidade, as afinidades eletivas e o espírito de iniciativa são levados a sério; o indivíduo, em seus pequenos detalhes e mais íntimas preferências, passa a ser importante. Claro que isso corresponde a uma enorme complexificação da vida social e poderia ser descrito em termos de novas estruturas e instituições, mas o resultado não seria diferente; são aspectos complementares de uma mesma realidade e também de uma nova necessidade, pois é preciso informação para poder agir ou para participar: é preciso se inteirar da cultura para participar dela; informar-se sobre questões técnicas do trabalho, bem como para o lazer; informar-se para conhecer o mundo em que se vive, assim como para escapar dele, mas, sobretudo, é preciso vencer o isolamento trazido pelas emergentes condições da massificação. O importante é que a comunicação moderna – sua pertinência e sentido – deve ser situada em relação à autonomia do indivíduo ou, se se preferir, em relação à complexidade social que se instala a partir da modernidade.

2) O segundo aspecto advém com as novas formas geradas para suprir esta necessidade de comunicação, particularmente as tecnológicas. Demandas sociais e formas tecnológicas não devem ser colocadas numa sequência causal, pois seguem um movimento de codeterminação, no qual cada estágio tecnológico abre novas possibilidades e reestrutura a demanda. Mas, independentemente do modelo que adotarmos para a relação entre técnica e sociedade, é preciso salientar que a comunicação moderna significa a intervenção da técnica em um domínio que estava ocupado principalmente pelas relações diretas, da comunicação face a face.

3) O terceiro e último ponto marca, por contraste, a singularidade moderna, já que os meios de comunicação na Antiguidade, embora existissem, estavam restritos a certos setores e funções, atingindo a sociedade apenas de forma indireta (em particular a escrita, usada para uso administrativo, jurídico e militar). Uma situação oposta à da comunicação moderna, que se estende ao conjunto da sociedade e afeta diretamente todos os âmbitos da vida social e do indivíduo. Lazer, divertimento, cultura,

educação, amizade, relacionamento amoroso, política, economia, trabalho... não há nenhum âmbito em que a ação dos meios de comunicação não tenha potencializado a ação dos agentes sociais ou aportado profundas modificações estruturais.

Este breve panorama mostra a necessidade de articular a dimensão histórica ao conceito de comunicação. O que muitas vezes se apresenta na literatura da área são conceitos com base ontológica, definições que não ajudam no trabalho de pesquisa, pois não podem orientar a investigação, e apenas ocupam um espaço ou respondem a alguma exigência protocolar, cobrada institucionalmente. Não raro, deparamo-nos com trabalhos que não chegam a formalizar um conceito, mas empregam definições implícitas ou diretamente voltadas para a tarefa que se propõem realizar. O que não quer dizer que haja necessariamente um problema com eles. Não é função do conceito normatizar a pesquisa; ao contrário, sua variedade alimenta perspectivas. Neste sentido, nosso objetivo é chamar a atenção para dimensões teóricas que não podem ser vistas ou que são pouco exploradas com conceitos ontológicos ou *ad hoc*s.

6. Persistência da ontologia: a questão do sujeito

A principal trincheira na qual vigora o conceito ontológico de comunicação está relacionada à noção de sujeito. A ancoragem da comunicação na ideia de diálogo pode sugerir que se trata de um processo sob o controle de sujeitos livres. No outro extremo dessa concepção temos a falha ou a falta de comunicação, que podemos designar como a questão da incomunicabilidade. Ambas compartilham dos mesmos pressupostos, tomam a comunicação ou sua ausência como processos ligados aos atributos do sujeito, mas nos concentraremos nesta última, pelo interesse que recentemente tem despertado.

Como expressão negativa, o conceito de incomunicabilidade é, evidentemente, paradoxal: pressupõe o que nega – necessita da existência daquilo que pretende negar. A incomunicabilidade se assenta no pressuposto da existência de um sujeito anterior à comunicação (o que é difícil de conceber no ser humano) ou que alguma vez já comunicou; em todo caso, que pode reconhecer a comunicação caso se depare com ela. Portanto, a noção de *sujeito* postula um ente que experimenta em si as consequências da “falta” de algo que deveria estar lá, mas que não se apresenta, ou seja, a comunicação.

Ainda estamos na concepção da comunicação como fundamento do homem, só que dessa vez ela aparece como frustração, como expectativa que raramente se cumprirá, segundo uma versão mais elaborada dada por Marcondes Filho (2012). Tenhamos em conta um deslocamento, o problema não é propriamente a inexistência

da comunicação, como sugere o termo “incomunicabilidade”, mas uma dúvida: será que *verdadeiramente* comunicamos quando comunicamos?

Prontamente duas ideias se apresentam; há processos que aparentam, mas que na realidade não seriam comunicação. Continuamos falando uns com os outros, assistindo a TV, ouvindo o rádio... só que a comunicação mesmo seria outra coisa. Esta tese não é necessariamente nova; ela introduz a noção de autêntico, distingue uma comunicação que seria *verdadeira*, a única que merece o título de comunicação. Marcondes Filho evita o termo “comunicação falsa”; isso simplesmente não é considerado comunicação, de onde a forma negativa, de ausência de comunicação.

Saber “se verdadeiramente comunico” é uma questão que tem equivalentes em outras tradições teóricas. Por exemplo, os conceitos de ruído, incerteza e neguentropia da Teoria Matemática da Informação. Na tradição das pesquisas baseadas no paradigma da transmissão, saber se houve comunicação equivale a poder reconhecer no comportamento do receptor a intenção do emissor. O que garante a verificação do efeito é a redução da comunicação ao comportamento, uma dimensão positiva e mensurável. Contudo, não há a distinção entre verdadeira ou falsa comunicação, apenas se ela ocorre ou não. Nas tradições críticas o problema também aparece, e alguns autores reconhecem como comunicação somente processos que se dão de maneira “horizontal”, democrática, de forma imediata e simétrica. Praticamente opõem a comunicação interpessoal às formas falsas propiciadas pela Indústria Cultural ou pelas tecnologias de comunicação (por exemplo, Pasquali, 1990 [1970]). Marcondes Filho pode ser alinhado a esta tradição: “A comunicação não está na difusão em massa, nos jornais, rádios, televisão...” (2004, p. 15). Mas poucos pesquisadores da área adotam uma visão radical de desclassificar a atividade dos meios de comunicação, a ponto de se negarem a tratá-los como processos comunicacionais.

De outro lado, o problema da incomunicabilidade é um tanto estranho às tradições das ciências sociais, pois sua matriz é filosófica. Note-se que mesmo em muitas questões importantes de nosso campo – como a questão da produção de sentido das práticas comunicacionais, da manipulação do receptor pelo emissor (comunicação = poder) ou da interação social (comunicação = construção coletiva resultante de coatores) –, o conceito de comunicação não depende da ideia de um processo mais intenso ou de verdadeiro compartilhamento. A mensagem publicitária, por exemplo, um empreendimento mundial que movimenta bilhões de dólares, não joga dados para ver se será contemplada com a harmonia com seus receptores: ela simplesmente não pode errar; ela produz o desejo do consumo. Não há espaço para tentativas ou adivinhações, enquetes,

questionários, grupos focais, mineração de dados, compra de megacadastrados... a alma do consumidor já foi devassada muito antes da mensagem publicitária dar-lhe bom-dia. A notícia, de outra parte, tampouco estaria inteiramente condicionada por fatos (um referente no mundo), não somente porque constrói o acontecimento (narrativa, pseudoacontecimento), mas também porque, por vezes, pode até mesmo dispensá-lo (a autorreferência, por exemplo). Em outros termos, muitas das funções atribuídas aos meios de comunicação não dependem do referente (fatos), nem de qualquer harmonia entre emissor e receptor. De maneira mais precisa, a comunicação depende apenas de que a mensagem seja compartilhada, mas o processo não está sujeito à justeza ou à *verdade* do que é compartilhado. Nada tem a ver com a autenticidade dessa relação. Como ironicamente diz Baudelaire (1864, aforismo XCIX, p. 95), “o mundo só caminha através do mal-entendido. É através do mal-entendido universal que toda a gente se põe de acordo. Porque se, por infelicidade, as pessoas se compreendessem, nunca poderiam pôr-se de acordo” (*Diário íntimo*).

A comunicação tampouco pode ser identificada ao processo de uma interpretação sem fim, de um sujeito prisioneiro da linguagem. Como coloca Michel Foucault, um dos maiores críticos da noção de sujeito, “uma hermenêutica que se desenvolve por si, entra no domínio das linguagens que devem implicar-se mutuamente, nessa região intermediária entre a loucura e a pura linguagem” (1997, p. 27). Estes são dois grandes riscos das análises que partem da centralidade do sujeito, uma dissolução do sujeito (loucura) ou seu fechamento na linguagem, de modo que nada há para além do sujeito discursivo.

A noção de incomunicabilidade de Marcondes Filho não chega ao solipsismo, que seria a decorrência da loucura ou do sujeito puramente discursivo. Ele define a comunicação invocando o fortuito (“*encontro feliz, um acontecimento...*”, 2004, p. 15) ou a raridade (2012, p. 45)⁸. Em algum momento e de alguma forma o isolamento pode ser rompido. O acaso opera o que parecia impossível: uma confirmação, em outrem, das angústias, sentimentos, ideias... Algo é realmente compartilhado, algo que se produziu e é *novo* porque não estava previamente em nenhum dos sujeitos (2012, p. 15). É importante destacar o fator novidade; nele reside a geração do comum e aparece a figura de um *nós*, superando os limites que tanto angustiavam.

Um dos problemas com as definições ontológicas, como esta de incomunicabilidade, é que essencializam

8 Fortuito, encontro e acontecimento – estas noções mostram que não se trata de um processo intencional. Sujeito, nesta acepção, não é o agente, mas aquele que recebe uma ação, aquele que “está sujeito”. A abordagem de Marcondes Filho não é a da autonomia do sujeito, mais frequentemente adotada.

características históricas. Seguindo a perspectiva de Marcondes Filho, pode-se dizer que a (verdadeira) comunicação é um devir, ela aconteceria no desaparecimento do sujeito – no que ele deixa de ser, mas também no que ele passa a ser. Por um instante, os limites inerentes à individualidade deixam de existir. A felicidade experimentada é real⁹; realiza-se, enfim, uma experiência excepcional que aponta algo exterior ao sujeito (mesmo que seja outro sujeito).

É possível ver aí as nuances da questão do ascetismo analisada na seção anterior: felizes aqueles que se comunicam, pois deixam para trás os temores que assombram o isolamento ao qual o indivíduo está condenado. O exercício da comunicação (ascese) representa a cura do pecado original, congênere da fundação da individualidade, alcançada somente pela graça do acaso, quando se romperia o isolamento.

Certo, não são mais as relações com Deus, tudo se passa no plano humano, graças a uma alteridade demasiado humana, concebida à imagem e semelhança de outrem. Mas a comunicação de que nos fala Marcondes Filho não está longe do estado de graça, onde a alma vagueia liberta para além de si, no “ambiente comum em que dois sujeitos participam e extraem algo de novo” (2004, p. 15).

De fato, a comunicação não deixa de ser um jogo do eu com outrem, mas não como duas substâncias, isoladas e em si, e tampouco como sua incessante dissolução (metafísica negativa). Na verdade, Marcondes Filho não defende nenhuma dessas posições, embora se expresse oscilando de uma a outra. Para ele, o ambiente comum não invalida o resguardo das individualidades. Mas o que importa aqui não é “dar uma solução” ao problema do sujeito – se ele é ou não o senhor da palavra; se deve ser visto como substância ou efeito da relação. A questão em jogo é que essa aproximação demasiado íntima da comunicação com a noção de sujeito resulta na ontologização e na naturalização da comunicação.

O novo – retomando um ponto capital para nos servir de exemplo – é eternizado, acontece de modo universal, sem geografia ou história. Ele nasce da relação, certo, mas entre sujeitos sem materialidade, despojados de suas circunstâncias. Deixando de lado a análise da improvável relação entre seres humanos (e não de pessoas ou indivíduos), para Marcondes Filho o *novo* é produto do encontro, e recebe esta designação porque não corresponde a nada que estava previamente em algum

9 Neste ponto a comunicação assume sua plena forma metafísica, podendo ser colocada ao lado de outras figuras semelhantes, analisadas pelos estudos metafísicos contemporâneos. Como a técnica ou a morte, ela é uma experiência que ultrapassa a representação (o plano do simbólico) e produz efeitos independentes da vontade humana; é uma experiência que se impõe ao humano e, portanto, revela o ser.

dos sujeitos. É também aquilo que passa a ser compartilhado pelos sujeitos, e, neste sentido, a comunicação é o novo. Uma definição muito diferente de boa parte das teorias da comunicação, onde o compartilhado é a mensagem que o emissor passa ao receptor (a novidade depende do conteúdo). A ideia não deixa de ser original; o novo assume a função de comum¹⁰. Ele é um *efeito sistêmico*, algo que surge da relação e que é mais que a soma das partes envolvidas. Mas também não podemos deixar de observar que se trata de um princípio amplamente utilizado nas ciências sociais (construtivismo, interacionismo, estruturalismo, funcionalismo), estando na própria fundação delas, quando Durkheim formula o conceito de sociedade. Na Comunicação, ele se apresenta nas chamadas teorias cognitivas e em todas aquelas baseadas em conceitos como interação, *feedback*, função.

De outra parte, a noção de novo desperta um interesse muito particular na Comunicação. Associada ao conceito de *atualidade*, ela desempenha um papel absolutamente central na formulação do objeto de estudo desta área de conhecimento (ver nosso artigo *A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões*, 2017). E mesmo sem entrar em precisões epistemológicas, seria difícil deixar de reconhecer que a produção do novo ganha um sentido histórico com a intervenção das tecnologias de comunicação, sendo um ponto decisivo na caracterização da modernidade e da dinâmica das sociedades complexas.

Em suma, nem todas as épocas, nem todas as culturas – para não dizer nunca e em lugar algum – a ideia de sujeito foi tão destacada e valorizada como na modernidade. Não podemos esquecer que a pergunta pela comunicação é do século XX, e o próprio fato de abordá-la e tentar defini-la através dos conceitos de *sujeito* e de *novo/novidade* espelha justamente as características marcantes da modernidade, centrada na autonomia do indivíduo e na produção do novo. A ênfase dada a estes fatores, a iniciativa de buscar aí os fundamentos de uma abordagem metafísica da comunicação, inevitavelmente traz a marca de nosso tempo e nos desafia a entender a ação das tecnologias de comunicação sobre nossa visão de mundo.

Esta é uma pista importante que o conceito de comunicação baseado na noção de sujeito obstaculiza, já que perde o contato com a história, passando ao largo dos aspectos mais relevantes da comunicação na modernidade.

10 Relativamente à noção de sujeito: A questão da novidade perpassa o campo da comunicação; teorias publicitárias do consumo, os adventos de modas, a teoria da notícia, são alguns exemplos. Nós mesmos propomos o novo (atualidade mediática) como matriz social da sociedade complexa (Martino, 2011).

Conclusão

Apesar da abundância de parâmetros e modelos usados para a definição de comunicação, os conceitos empregados tendem a negligenciar a dimensão histórica. Com isso não somente se abre uma diversidade de sentidos, pouco afeita à sistematização ou até ao diálogo entre os conceitos, mas se deixam de lado importantes componentes da historicidade do objeto de estudo. A integração dos três tipos de definições aqui trabalhados (ontológica, conceitual e histórica), o esclarecimento das relações entre metafísica e teoria e, de outra parte, entre teoria e história, podem ajudar em uma discussão consistente da epistemologia de epistemologia da comunicação.

Referências

- ANDERSON, J.A. 1996. *Communication Theory: Epistemological Foundations*. New York, NY, The Guilford Press.
- AUDOUIT, Edmond. 1851. *Histoire des moyens de communication: suivi d'un coup d'oeil Pittoresque et Archéologique sur les Châteaux Anciens et Modernes*. Paris, Alphonse Desesserts Éditeur.
- BAUDELAIRE, Charles. [1864] 1920. *Fusées, Mon Cœur Mis à Nu*. Paris, Les Éditions G. Crès et Cie. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k206339d/f4.image>
- BUDD, R.W.; RUBEN, B.D. (ed.). 1972. *Approaches to Human Communication*. Rochelle Park, NJ, Hayden.
- COBLEY, Paul. 2008. Communication: Definitions and Concepts. In: Wolfgang DONSBACH (ed.), *The International Encyclopedia of Communication*. Malden, MA, Blackwell Publishing, p. 660.
- COLE, Charles. 1993. Shannon Revisited: Information in Terms of Uncertainty. *Journal of the American Association for Information, Science and Technology*, **44**(4):204-2011, May.
- COOLEY, Charles H. 1909. *Social Organization: A Study of Large Mind*. New York, Charles Scribner's Sons.
- CRAIG, Robert T. 1999. Communication Theory as a Field. *Communication Theory*, **9**(2):119, May.
- DANCE, F.; LARSON, C. 1976. *The Functions of Human Communication: A Theoretical Approach*. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- FOUCAULT, Michel. 1997. *Theatrum filosoficum: Nietzsche, Freud e Marx*. São Paulo, Princípio.
- LEA, H.C. 1902. *The Cambridge Modern History*. Volume 1, Chapter XIX: The Eve of the Reformation. Cambridge, Cambridge University Press.
- LITTLEJOHN, Stephen W. 1982. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARCONDES FILHO, Ciro. 2004. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo, Paulus.
- MARCONDES FILHO, Ciro. 2012. Ensaio sobre a incomunicabilidade. *Revista da ALAIC*, **9**(17):41-49, jul./dez.
- MARTINO, L.C. 2011. Temps, essence des moyens de communication. In: V. CARAYOL; A. BOULDOIRES (org.), *Discordance des temps: Rythmes, temporalités, urgence à l'ère de la globalisation de la communication*. Bordeaux, MSHA – Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, p. 37-52.

- MARTINO, Luiz C. (org.). 2007. Uma questão prévia: existem teorias da comunicação? In: *Teorias da comunicação: poucas ou muitas?* Ateliê, São Paulo, p. 13-42.
- MARTINO, Luiz C. 2017. *Escritos sobre a epistemologia da comunicação*. Porto Alegre, Sulina.
- NILSEN, Thomas R. 1957. On Defining Communication. *The Speech Teacher*, **6**(1):10-17.
- PASQUALI, Antonio. [1970] 1990. *Comprender la comunicación*. 4ª ed. Caracas, Monte Avila Ed.
- SHANNON, C. 1948. A Mathematical Theory of Communication. *The Bell System Technical Journal*, **27**(3):379-423, July.
- WEBER, Max. [1904] 2004. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

Artigo submetido em 19-07-2019

Aceito em 22-10-2019